

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.085 - AL (2014/0078061-0)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRIDO : GILBERTO JORGE DE LIMA**  
**RECORRIDO : HAMILTON HENRIQUE DE ARAUJO**  
**RECORRIDO : HERMÍNIO CRUZ MENEZES**  
**RECORRIDO : HERMES DE SOUZA FILHO**  
**RECORRIDO : GILBERTO VICENTE DE BARCELLOS**  
**ADVOGADOS : MARCOS JOSÉ SANTOS MEIRA - PE017374**  
**FELIPE SARMENTO E OUTRO(S) - PE000665A**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 121):

AGRAVO REGIMENTAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO FEITO. ART. 557, *CAPUT*, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAL FEDERAL. GOE - GRATIFICAÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INCIDÊNCIA SOBRE O 13.º SALÁRIO. SUCUMBÊNCIA. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DOS MANDATOS DOS ADVOGADOS PARA PROMOVER A EXECUÇÃO.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, a recorrente indica violação do:

i) art. 557 do CPC/1973, sob o argumento de que a aplicação do caso paradigmático subverte o sentido da norma, limitando o poder de decidir diante do caso concreto;

ii) art. 535 do CPC/1973, ao fundamento de que o acórdão recorrido se omitiu sobre pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, em especial a respeito da falta de juntada do voto vencido e a respeito da afronta à coisa julgada;

iii) art. 155 do CPC/1973, dado que não houve juntada aos autos do voto vencido; e

iv) arts. 467, 468, 471, 473, 474 e 475-G do CPC/1973, pois a base de cálculo utilizada para a GOE diverge da determinada nos embargos à execução já transitada em julgado, resultando em substancial alteração dos cálculos dos valores a serem pagos.

Com contrarrazões.

É o relatório.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, quanto ao art. 557 do CPC/1973, depreende-se a existência de razões vagas, genéricas a respeito de sua violação, que se encontram dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido, bem como que o dispositivo indicado como malferido não contém comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade dos argumentos do mencionado acórdão. Incidência da Súmula 284/STF.

Ainda preliminarmente, saliente-se inexistir violação do comando normativo inserto no art. 535 do CPC/1973, na medida em que o acórdão proferido na origem se manifestou satisfatoriamente sobre todos os aspectos fáticos e jurídicos relevantes e inerentes à controvérsia instaurada, inclusive as teses argumentativas deduzidas pelas partes.

Na hipótese dos autos, verifica-se até mesmo pronunciamento expresso sobre a temática à e-STJ, fl. 116, destacando-se os seguintes excertos:

Estamos debruçados exatamente sobre o mesmo conflito de interesses subjetivos, figurando de um lado a ANSEF, de outro, a União, apenas multiplicado em inúmeros títulos distintos por causa do desmembramento da ação transitada em julgado, na fase executória da sentença, em homenagem ao princípio da celeridade processual.

Em sendo assim, há de ser prestigiado este e. Colegiado, o qual já se pronunciara em relação a todas as questões suscitadas pela parte executada neste recurso, porquanto idênticas àquelas trazidas no AGTR n.º 67.515 -AL, notadamente porque inexistente qualquer nova tese da União a ser dirimida, restando intangíveis as razões de decidir já conhecidas pela parte executada.

Desnecessário, portanto, qualquer complemento à fundamentação assentada pela Corte regional, ante a ausência de máculas na prestação jurisdicional, motivo pelo qual não se cogita em violação do art. 535 do CPC/1973.

De mais a mais, a respeito da pretensão de anulação do julgado pela falta de juntada do teor do voto vencido, saliente-se que a parte sequer demonstra qualquer tipo de prejuízo, prezando a forma pela forma, sendo que utiliza as razões do próprio voto que alega ausência do teor para fundamentar o recurso especial, não havendo se cogitar, assim, em nulidade. A propósito:

3. Ademais, "A declaração da nulidade dos atos processuais depende da demonstração da existência de prejuízo à parte interessada ('pas de nullité sans grief') (AgRg no REsp 1.390.650/RS, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 7/4/2015, DJe 13/4/2015). [...] (AgInt na PET no REsp 1.606.419/GO, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 30/5/2019)

Por fim, quanto ao mérito em si, depreende-se que a conclusão alcançada pelo Tribunal de origem decorreu de ampla análise dos presentes autos em

# *Superior Tribunal de Justiça*

cotejo não só ao decidido no *leading case*, mas sobretudo aos cálculos acostados ao processo para concluir pela sua regularidade, de forma que a análise da pretensão demandaria reexame de fatos e provas, circunstância vedada pela Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

